III SIMPÓSIO INTERNACIONAL
DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
Universidade Portucalense (Porto)
18 e 19 de junho de 2026

Do luto à luta: espaços museológicos portugueses no enfrentamento das desigualdades e violações de direitos humanos

From mourning to activism: Portuguese museums tackling inequalities and human rights violations

Larisssa Saldanha OLIVEIRA[1]
Vaner DO PRADO[2]

RESUMO

Este trabalho analisa o Museu do Aljube – Resistência e Liberdade (Lisboa) e o Museu Nacional Resistência e Liberdade – Fortaleza de Peniche, em Portugal, como dispositivos de mediação entre dever de memória, histórias difíceis e justiça social, no contexto das violações sistemáticas de direitos humanos decorrentes da ditadura portuguesa (1926-1974). A pesquisa adota abordagem qualitativa, com estudos de caso, articulando análise documental e referencial teórico da Sociomuseologia e dos estudos da memória. Parte-se do pressuposto de que tais instituições, instaladas em antigos espaços de repressão política, operam como lugares de elaboração simbólica de traumas coletivos e de disputa de narrativas, contribuindo para o fortalecimento do direito à memória e para a consolidação democrática. À luz de Sodaro (2018), museus de memória atuam como mediadores entre violência histórica e direitos humanos, transformando experiências de encarceramento, censura e resistência em narrativas públicas pedagógicas. Em diálogo, Stoler (2011) aponta que processos de "afasia" ou "amnésia" institucional produzem silenciamentos persistentes, dificultando o reconhecimento das violências de Estado e nesse sentido, tais museus enfrentam

[1] Doutoranda em Sociomuseologia pela Universidade Lusófona com bolsa da Cátedra Unesco – "Educação, Cidadania e Diversidade Cultural". Mestranda em Direito, Governança e Políticas Públicas na Universidade Salvador (UNIFACS – Brasil). Mestra em Museologia (2021), bacharel em Sociologia (2017) e licenciada em Ciências Sociais (2012) pela Universidade Federal da Bahia (Brasil). ORCID: https://orcid.org/0000-0002-8450-4825).

[2] Doutor em Desenvolvimento Regional e Urbano pelo Programa de Desenvolvimento Regional e Urbano pela Universidade Salvador - UNIFACS (2017); Mestre em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (2000); especialista em Administração Estratégica - Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ (1996). Bacharel em Administração pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI (1991). Professor do Programa de Mestrado em Direito, Governança e Políticas Públicas (MDGPP) na Universidade Salvador (Brasil).
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-8752-6077.

legados de apagamento ao reinscrever memórias subalternizadas no espaço público. Convergindo com Godoy (2021), entende-se que museus de memória política lidam com passados traumáticos recentes, dando visibilidade às vítimas e tensionando versões oficiais, visando a superação de lacunas da memória coletiva portuguesa. Do ponto de vista sociomuseológico, Primo e Moutinho (2021) sustentam que museus devem assumir função social ativa, fomentando pensamento crítico e transformação social. As noções de "dever de memória" e "histórias difíceis" mobilizadas neste trabalho orientam o papel dos museus na discussão relacionada às ditaduras, as quais são difíceis de enfrentar e debater, pelo peso que carregam e, sobretudo, por conta dos seus reflexos no presente. Como resultados, observa-se que Aljube e Peniche reconfiguram antigas arquiteturas de opressão em espaços de educação, promovendo contradiscursos, reconhecimento público das injustiças e práticas de reparação simbólica que contribuem para afirmação da humanidade, da dignidade e da agência de sujeitos historicamente desumanizados. Ao rejeitarem a neutralidade institucional, esses museus contribuem para enfrentar desigualdades estruturais ao evidenciar continuidades entre passado autoritário e desafios contemporâneos, reforçando o direito à memória como fundamento da justiça social. Conclui-se que tais instituições atuam como agentes ativos na elaboração de traumas históricos e na promoção de valores democráticos, configurando-se como estratégias relevantes no combate às violações sistemáticas de direitos humanos.

Palavras-chave: museus; direitos humanos; memórias difíceis; Sociomuseologia; ditadura portuguesa.

ABSTRACT

This study analyses the Aljube Museum – Resistance and Freedom (Lisbon) and the National Museum of Resistance and Freedom – Fortress of Peniche, in Portugal, as mechanisms for mediating between the duty to remember, difficult histories and social justice, in the context of the systematic human rights violations resulting from the Portuguese dictatorship (1926–1974). The research adopts a qualitative approach, using case studies, and combines documentary analysis with a theoretical framework drawn from sociomuseology and memory studies. It is based on the assumption that such institutions, housed in former sites of political repression, function as spaces for the symbolic processing of collective trauma and the contestation of narratives, contributing to the strengthening of the right to memory and to democratic consolidation. In the light of Sodaro (2018), memory museums act as mediators between historical violence and human rights, transforming experiences of incarceration, censorship and resistance into

educational public narratives. In this context, Stoler (2011) points out that processes of institutional ‘aphasia’ or ‘amnesia’ produce persistent silences, hindering the recognition of state violence; in this sense, such museums confront legacies of erasure by re-inscribing subalternised memories in the public sphere. In line with Godoy (2021), it is understood that museums of political memory deal with recent traumatic pasts, giving visibility to the victims and challenging official narratives, with a view to overcoming gaps in Portugal’s collective memory. From a sociomuseological perspective, Primo and Moutinho (2021) argue that museums should assume an active social role, fostering critical thinking and social transformation. The notions of the ‘duty to remember’ and ‘difficult histories’ employed in this study guide the role of museums in discussions concerning dictatorships, which are difficult to confront and debate due to the weight they carry and, above all, because of their repercussions in the present. As a result, it is observed that Aljube and Peniche reconfigure former architectures of oppression into spaces of education, promoting counter-narratives, public recognition of injustices, and practices of symbolic reparation that contribute to the affirmation of humanity, dignity, and agency of historically dehumanised subjects. By rejecting institutional neutrality, these museums help to tackle structural inequalities by highlighting continuities between the authoritarian past and contemporary challenges, reinforcing the right to memory as the foundation of social justice. It is concluded that such institutions act as active agents in the processing of historical traumas and the promotion of democratic values, constituting relevant strategies in the fight against systematic human rights violations.

Keywords: museums; human rights; difficult memories; Sociomuseology; the Portuguese dictatorship.